



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Lei N° 491, de 25 de Agosto de 2004.

*Dispõe sobre as
Diretrizes Orçamentárias
para o exercício de 2005
e dá outras providências.*

O Prefeito Constitucional do Município de JERICÓ-PB, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° – Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal, e Lei Orgânica do Município, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2005, compreendendo:

- I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VII – as disposições finais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° – As prioridades, metas e ações para o exercício financeiro de 2005, serão especificadas no orçamento de acordo com o Plano Plurianual, e com alterações posteriores se for o caso, priorizando as metas e ações de Saúde, Educação e Assistência Social, bem como, a conservação, manutenção dos bens e serviços públicos, proporcionando o bem comum da população de todo o município constantes no orçamento financeiro do exercício de 2005.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art 3º – Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

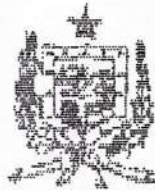
§ 2º – Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e Legislação posterior se for o caso.

§ 3º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programa, atividades, projetos ou operações especiais.

Art 4º – Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais, fundações, empresas públicas.

Art 5º – O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, até 30 de setembro de 2004.

Art 6º – Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163,



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

de 04 de maio de 2001, alterada pelas Portarias Interministeriais SOF/STN 325 e 519/01, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, o seu nível de detalhamento:

I – o orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação;

a) **DESPESAS CORRENTES:**

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida;

Outras Despesas Correntes.

b) **DESPESAS DE CAPITAL:**

Investimentos;

Inversões Financeiras;

Amortização e Refinanciamento da Dívida;

Outras despesas de Capital.

CAPÍTULO IV

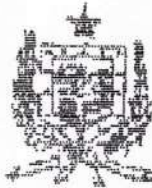
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art 7º – O projeto de lei orçamentária do Município de Jericó-PB, relativo ao exercício de 2005, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento, conforme Artigo 48 da LRF.

I – O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art 8º – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei, orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere,

Art 9º – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Art. 10º – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, tomando-se as medidas corretivas necessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º – Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações, constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º – No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo e hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais;

II – Com a conservação do Patrimônio Público, conforme prever o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art 11º – Fica o Poder Executivo autorizado a promover concessão de aumento de remuneração, criação de cargos, alterações e adequações de estrutura de carreira e administrativa, desde que o aumento de despesa não ultrapasse os limites determinados pela Lei Complementar 101/2000.

Art. 12º - O orçamento conterá dispositivos que facultem ao Poder Executivo, abrir créditos suplementares no percentual de 80% (oitenta por cento) do valor da despesa fixada no orçamento, bem como autorização para operações de crédito dentro das normas da Legislação Vigente.

Parágrafo Primeiro – Quando a abertura de crédito suplementar e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais serão utilizados os recursos oriundos de suas respectivas fontes, os créditos suplementares abertos com esta finalidade não serão computados no percentual fixado neste artigo.

Art. 13º – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município inclusive das receitas próprias das entidades se for o caso, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de aten-



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

dimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

§ 1º – Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos na caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º – Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

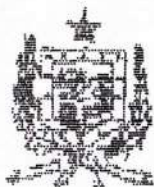
§ 4º – A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Art. 14º – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação ou através de ajuda financeira à pessoas físicas ou jurídicas poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15º – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 16º – A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2005, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º – As despesas de capital constará no Plano Plurianual e Orçamento para o exercício de 2005, cujos valores serão fixados no Orçamento, discriminando os elementos de despesas específicos com as referidas metas e ações devidamente codificadas.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ**

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 17º – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 18º – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 19º – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 20º – No exercício financeiro de 2005, as despesas com pessoas dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21º – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação, assistência social e serviços urbanos.

Art. 22º – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde, de saneamento e serviços urbanos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 23º – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Art. 24º – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I – autorização da planta genérica de valores do município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º – Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de Lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária.

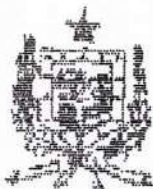
§ 2º – A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 26º – O Poder Executivo poderá realizar estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o curso das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 27º – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para serviços do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 28º – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 29º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jericó-PB

Em, 25 de Agosto de 2004

Marcos Aurélio de Sousa e Silva
Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PREFEITURA: Jericó

EXERCÍCIO: 2005

Anexo de Metas Fiscais

Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada

(art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00)

Valores Nominais em R\$ mil

Detalhamento da Expansão	2005	2006	2007
Manutenção das Atividades da Câmara	181.500,00	203.280,00	226.875,00
Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito	142.000,00	159.040,00	177.500,00
Manut. das Ativ. da Sec. Administ. e Planej.	125.000,00	140.000,00	156.250,00
Realização de Festividades e Comemorações	15.000,00	16.800,00	18.750,00
Manut. da Secretaria Munic. de Finanças	157.000,00	175.840,00	196.250,00
Pag. De Juros e Amortiz. Da Dívida por Contrato	2.000,00	2.240,00	2.500,00
Precatórios	70.000,00	78.400,00	87.500,00
Manutenção da Secret.Mun.de Agricultura	30.000,00	33.600,00	37.500,00
Apoio ao Pequeno e Médio Produtor	30.000,00	33.600,00	37.500,00
Manut. do Ensino Regular	150.000,00	168.000,00	187.500,00
Manutenção do FUNDEF 60%	300.000,00	336.000,00	375.000,00
Manutenção do FUNDEF 40%	180.000,00	201.600,00	225.000,00
Implantação de Programas	10.000,00	11.200,00	12.500,00
Manutenção das Atividades da Educ.Infantil	10.000,00	11.200,00	12.500,00
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	16.800,00	18.750,00
Manutenção dos Serviços de Cultura	10.000,00	11.200,00	12.500,00
Manutenção do Ensino Especial	15.000,00	16.800,00	18.750,00
Manut.das Ativ. Desportivas e Agremiações	10.000,00	11.200,00	12.500,00
Apoio ao Programa Saúde da Família	30.000,00	33.600,00	37.500,00
PAB - Piso de Atenção Básica	150.000,00	168.000,00	187.500,00
Manut. Sec. Mun. Saúde e Apoio Exec. Prog.	500.000,00	560.000,00	625.000,00
Prev.e Comb. a Doenças Epidemiológicas	80.000,00	89.600,00	100.000,00
Manut. da Sec. Mun. de Trab.Assist.Social	150.000,00	168.000,00	187.500,00
Implantação de Programas	10.000,00	11.200,00	12.500,00
Pagamento de Pensionistas e Inativos	35.000,00	39.200,00	43.750,00
Defesa de Ordem Jurídica	18.000,00	20.160,00	22.500,00
Pag. De Parc. De INSS,FGTS E PASEP em Atr	106.000,00	118.720,00	132.500,00
Ajuda Financeira para Expedição de documentos	15.000,00	16.800,00	18.750,00
Atender a despesas funerárias	15.000,00	16.800,00	18.750,00
Doação de cestas básicas, agasalhos	15.000,00	16.800,00	18.750,00
Manut. de Creches	120.000,00	134.400,00	150.000,00
Apoio aos Jovens e Adolescentes	10.000,00	11.200,00	12.500,00
Assistência ao Idoso	7.000,00	7.840,00	8.750,00
Manut. da Sec.Mun.de Obras,Viação e Serv.Urb	190.000,00	212.800,00	237.500,00
Manut. dos Serviços de Limp.Publica	110.000,00	123.200,00	137.500,00
Manut.dos Serv. de Parques e Jardins	30.000,00	33.600,00	37.500,00
Manut. dos Serviços Rodoviários	50.000,00	56.000,00	62.500,00
Programa Melhoria Habitacional	40.000,00	44.800,00	50.000,00
Manut. dos Serviços Funerários	30.000,00	33.600,00	37.500,00
Implantação de Programas	10.000,00	11.200,00	12.500,00
Total	3.173.500,00	3.554.320,00	3.966.875,00

Anexo de Metas Fiscais

Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada

Valores Nominais em R\$ mil

Detalhamento da compensação	2005	2006	2007
IPTU	3.000,00	3.360,00	3.750,00
IRRF	55.000,00	61.600,00	68.750,00
ISTBI	3.000,00	3.360,00	3.750,00
ISS	12.000,00	13.440,00	15.000,00
FPM	1.636.500,00	1.832.880,00	2.045.625,00
ITR	500,00	560,00	625,00
L. C. Nº 87/96	2.700,00	3.024,00	3.375,00
FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	27.500,00	30.800,00	34.375,00
PSF	195.000,00	218.400,00	243.750,00
PACS	60.000,00	67.200,00	75.000,00
PEAA	16.000,00	17.920,00	20.000,00
SIA/SUS	48.000,00	53.760,00	60.000,00
PAB	96.000,00	107.520,00	120.000,00
VEGELÂNCIA SANITÁRIA	2.000,00	2.240,00	2.500,00
SAÚDE BUCAL	60.000,00	67.200,00	75.000,00
PETI	50.000,00	56.000,00	62.500,00
AGENTE JOVEM	50.000,00	56.000,00	62.500,00
MERENDA ESCOLAR	35.000,00	39.200,00	43.750,00
ICMS	285.000,00	319.200,00	356.250,00
IPVA	2.500,00	2.800,00	3.125,00
IPI	3.800,00	4.256,00	4.750,00
FUNDEF	480.000,00	537.600,00	600.000,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	50.000,00	56.000,00	62.500,00
Total	3.173.500,00	3.554.320,00	3.966.875,00

ANEXO DE RISCOS FISCAIS – JUSTIFICATIVA

A Prefeitura de Jericó, Estado da Paraíba vem desenvolvendo esforços para que o município mantenha o equilíbrio fiscal preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, está propondo na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 um rigoroso Equilíbrio Orçamentário que está consubstanciado nos programas e ações propostos.

Os riscos fiscais estão concentrados em Processos Trabalhistas e Ações diversas se vierem a surgirem e dependem de decisões judiciais e que seus valores são variáveis e poderão se distribuir ao longo do tempo.

A Assessoria Jurídica do Município acompanhará os processos que porventura julgados venham acarretar obrigações e dívidas para o município.

Marcos Aurélio de Sousa e Silva
Prefeito Municipal